



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Aracoiaba

Vara Única da Comarca de Aracoiaba

Av. Tiradentes, 1449, Centro - CEP 62750-000, Fone: (85) 3337-1441, Aracoiaba-CE - E-mail: aracoiaba@tjce.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0200021-70.2022.8.06.0036**
 Apensos: **Processos Apensos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum Cível**
 Assunto: **Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Francisca Maria Pereira Braga**
 Requerido: **Estado do Ceará**

R.h

Trata *de ação de Obrigação de Fazer* intentada por **Francisca Maria Pereira Braga** em desfavor do **Estado do Ceará**, identificados em epígrafe, cuja pretensão concerne à *disponibilização do atendimento ambulatorial (consulta e acompanhamento clínico com hematologista*, paciente tem histórico de AVC, *evidenciado por R U crânio, redução da anti-trombina III*, conforme laudo acostado às fls. **10/11**.

Liminar indeferida às fls. 14/16.

Citado do requerido deixou decorrer do prazo, páginas 23.

Decretada revelia às páginas 25.

Parecer favorável do MP, às fls. 28/33.

Segue o julgamento da causa, a teor do art. 355, inciso I, do CPC.

Insta assinalar, inicialmente, que a saúde e a vida constituem prestações *de* caráter solidário, diante da dogmática inscrita na Constituição da República *de* 1988, cujo conteúdo se insere no âmbito da competência material comum dos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) prevista no art. 23, inciso II, da CRFB/1988.

Em razão do caráter *de* solidariedade que enseja a atuação das entidades estatais nas prestações que envolvem o direito à saúde, assentou o Guardião Constitucional, no julgado RE 855.178 RG/PE, que o polo passivo pode ser composto por qualquer um deles, isolada ou conjuntamente.

No que atine ao mérito, **é certo que o tema saúde é dotado do status de direito social fundamental, como assim preconiza o art. 6º da CRFB/1988**, valendo ressaltar, ainda, a competência legislativa concorrente atribuída à União, aos Estados



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Aracoiaba

Vara Única da Comarca de Aracoiaba

Av. Tiradentes, 1449, Centro - CEP 62750-000, Fone: (85) 3337-1441, Aracoiaba-CE - E-mail: aracoiaba@tjce.jus.br

e ao Distrito Federal para o trato das matérias referentes à previdência social, proteção e defesa da saúde, ao que se infere do art. 24, inciso XII, da Norma Magna.

Frise-se, ainda com apoio na normatividade suprema, a principiologia que estatui ser a saúde direito *de* todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco *de* doença e *de* outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, donde concluir que se trata *de* direito público subjetivo representativo *de* uma "... prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196)", como pontuou o Ministro Celso *de* Mello no RE 271.286-AgR, j. em 12/09/2000.

Subjaz assentada ao novo constitucionalismo a idéia que traduz a imperatividade *de* toda norma inserida no documento constitucional, não subsistindo mais a remota interpretação que conferia às normas *de* caráter programático a função simbólica *de* mera promessa inconsequente do legislador constituinte, o que importava no esvaziamento *de* sua eficácia normativa.

Nessa senda, vale conferir a evolução operada na jurisprudência pátria, por meio da exegese construída pelo Excelso Pretório no tocante ao dever *de* fornecimento *de* medicamentos aos reconhecidamente hipossuficientes, como no aresto abaixo transcrito, também da abalizada pena do Ministro Celso *de* Mello, que assim dissertou:

E M E N T A:

PACIENTES COM ESQUIZOFRENIA PARANÓIDE E DOENÇA MANÍACO-DEPRESSIVA CRÔNICA, COM EPISÓDIOS *DE* TENTATIVA *DE* SUICÍDIO - PESSOAS DESTITUÍDAS *DE* RECURSOS FINANCEIROS - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - NECESSIDADE IMPERIOSA *DE* SE PRESERVAR, POR RAZÕES *DE* CARÁTER ÉTICO-JURÍDICO, A INTEGRIDADE DESSE DIREITO ESSENCIAL - FORNECIMENTO GRATUITO *DE* MEDICAMENTOS INDISPENSÁVEIS EM FAVOR *DE* PESSOAS CARENTES - DEVER CONSTITUCIONAL DO ESTADO (CF, ARTS. 5º, "CAPUT", E 196) - PRECEDENTES (STF) - ABUSO DO DIREITO *DE* RECORRER - IMPOSIÇÃO *DE* MULTA -



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Aracoiaba

Vara Única da Comarca de Aracoiaba

Av. Tiradentes, 1449, Centro - CEP 62750-000, Fone: (85) 3337-1441, Aracoiaba-CE - E-mail: aracoiaba@tjce.jus.br

RECURSO *DE* AGRAVO IMPROVIDO. O DIREITO À SAÚDE REPRESENTA CONSEQUÊNCIA CONSTITUCIONAL INDISSOCIÁVEL DO DIREITO À VIDA. - O direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196). Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, *de* maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular - e implementar - políticas sociais e econômicas idôneas que visem a garantir, aos cidadãos, o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar. - O direito à saúde - além *de* qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas - representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional *de* sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena *de* incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional. A INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROGRAMÁTICA NÃO PODE TRANSFORMÁ-LA EM PROMESSA CONSTITUCIONAL INCONSEQUENTE. - O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política - que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro - não pode converter-se em promessa constitucional inconsequente, sob pena *de* o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, *de* maneira ilegítima, o cumprimento *de* seu impostergável dever, por um gesto irresponsável *de* infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, A PESSOAS CARENTES, *DE* MEDICAMENTOS ESSENCIAIS À



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Aracoiaba

Vara Única da Comarca de Aracoiaba

Av. Tiradentes, 1449, Centro - CEP 62750-000, Fone: (85) 3337-1441, Aracoiaba-CE - E-mail: aracoiaba@tjce.jus.br

PRESERVAÇÃO *DE* SUA VIDA E/OU *DE* SUA SAÚDE: UM DEVER CONSTITUCIONAL QUE O ESTADO NÃO PODE DEIXAR *DE* CUMPRIR. - O reconhecimento judicial da validade jurídica *de* programas *de* distribuição gratuita *de* medicamentos a pessoas carentes dá efetividade a preceitos fundamentais da Constituição da República (arts. 5º, "caput", e 196) e representa, na concreção do seu alcance, um gesto reverente e solidário *de* apreço à vida e à saúde das pessoas, especialmente daquelas que nada têm e nada possuem, a não ser a consciência *de* sua própria humanidade e *de* sua essencial dignidade. Precedentes do STF. MULTA E EXERCÍCIO ABUSIVO DO DIREITO *DE* RECORRER. - O abuso do direito *de* recorrer - por qualificar-se como prática incompatível com o postulado ético-jurídico da lealdade processual - constitui ato *de* litigância maliciosa repellido pelo ordenamento positivo, especialmente nos casos em que a parte interpõe recurso com intuito evidentemente protelatório, hipótese em que se legitima a imposição *de* multa. A multa a que se refere o art. 557, § 2º, do CPC possui função inibitória, pois visa a impedir o exercício abusivo do direito *de* recorrer e a obstar a indevida utilização do processo como instrumento *de* retardamento da solução jurisdicional do conflito *de* interesses. Precedentes. (RE 393175 AgR, Relator(a): Min. CELSO *DE* MELLO, Segunda Turma, julgado em 12/12/2006, DJ 02-02-2007 PP-00140 EMENT VOL-02262-08 PP-01524)

Doutrina mais atualizada considera que os direitos fundamentais trazem, insitadamente, um tríptico dever *de* observância, por parte do ente estatal, que se refere ao dever *de* respeito, proteção e promoção. À luz *de* tais ideias, discorre nesse tema o ilustre Prof. George Marmelstein, nos seguintes termos: Em virtude do dever *de* respeito, o Estado tem a obrigação *de* agir em conformidade com o direito fundamental, não podendo violá-lo,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Aracoiaba

Vara Única da Comarca de Aracoiaba

Av. Tiradentes, 1449, Centro - CEP 62750-000, Fone: (85) 3337-1441, Aracoiaba-CE - E-mail: aracoiaba@tjce.jus.br

nem adotar medidas que possam ameaçar um bem jurídico protegido pela norma constitucional. Esse dever gera, portanto, um comando *de* abstenção, no sentido semelhante à noção *de* status negativo acima analisado.. Essa obrigação constitucional que o Estado – em todos os seus níveis *de* poder – deve observar é o chamado dever *de* proteção.

Esse dever significa, basicamente, que (a) o legislador tem a obrigação *de* editar normas que dispensem adequada tutela aos direitos fundamentais, (b) o administrador tem a obrigação *de* agir materialmente para prevenir e reparar as lesões perpetradas contra tais direitos e (c) o Judiciário tem a obrigação *de*, na prestação jurisdicional, manter sempre a atenção voltada para a defesa dos direitos fundamentais.

Por fim, resta ainda o dever *de* promoção, que obriga que o Estado adote medidas concretas capazes *de* possibilitar a fruição *de* direitos fundamentais para aquelas pessoas em situação *de* desvantagem socioeconômica, desenvolvendo políticas públicas e ações eficazes em favor *de* grupos desfavorecidos.

Em outros termos: o Estado tem a obrigação *de* desenvolver normas jurídicas para tornar efetivos os direitos fundamentais...(Curso *de* Direitos Fundamentais, São Paulo: Saraiva, 2001, p. 321/322) **Especificamente sobre o direito à saúde, é imperioso assinalar que o art. 25 da Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU), subscrita pelo Brasil, reconhece a saúde como direito fundamental ao asseverar que ela é condição necessária à vida digna.**

Assim, ressaí indubitável o aspecto *de* auto-aplicabilidade das normas concernentes à saúde, mormente em face *de* consubstanciar direito público subjetivo fundamental *de* toda e qualquer pessoa, independente *de* contribuição, desiderato que impende o Poder Público ao fornecimento *de* atendimento médico adequado e, por óbvio, entrega da medicação *de* que carecem os necessitados, encargo a envolver todos os entes federativos. Assim, representa o direito público subjetivo à saúde prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas que tem esteio no Texto Fundamental (art. 196), **e no caso do Estado do Ceará, através da Constituição alencarina (art. 245 e seguintes), sendo *de* destacar que deve o Poder Público velar por sua integridade, a quem incumbe formular e implementar políticas sociais e econômicas idôneas que visem a garantir a todos o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar.**

Diante do exposto, atento à fundamentação expendida, hei por bem **JULGAR**

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Aracoiaba

Vara Única da Comarca de Aracoiaba

Av. Tiradentes, 1449, Centro - CEP 62750-000, Fone: (85) 3337-1441, Aracoiaba-CE - E-mail: aracoiaba@tjce.jus.br

PROCEDENTE a presente ação, com resolução do mérito, concernente à determinação *de* que o requerido, ESTADO DO CEARÁ, **providencie atendimento ambulatorial (consulta e acompanhamento clínico com hematologista), conforme parecer médico acostado às fls. 10/11**, em favor da parte requerente, como meio assecuratório dos direitos fundamentais à vida, à saúde e à dignidade da pessoa humana, o que faço com espeque no art. 487, inciso I, do CPC.

Sem custas processuais haja vista a natureza jurídica da Parte Promovida.

Condeno o ESTADO DO CEARÁ ao pagamento de honorários sucumbenciais, por equidade nos termos do (art. 85, §8º, CPC), o que em observância aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade e para evitar o desvirtuamento da verba de sucumbência e a imposição de ônus excessivo ao Estado, arbitro em R\$ 1.000,00 (hum mil reais)

P.R.I.

Sujeito ao reexame necessário, nos termos do art. 496, I do CPC.

Aracoiaba/CE, 21 de julho de 2022.

Cynthia Pereira Petri Feitosa

Juíza de Direito